



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

Projeto Vida Trans Viva

Análise dos homicídios de pessoas Trans

(Grande São Paulo, entre 2017 e 2019)

Relatório de Atividades

Desenvolvidas no Ano de 2021

Equipe:

Coordenação

Denise Leite Vieira

Edson Teles

Magnus Régios Dias da Silva

Marília Oliveira Calazans

Bolsistas

Bru Pereira

Bruna Bernardes Benevides

Colaboradoras

Ana Terra

Rosângela Cristina Martins

Uma Reis Sorrequia

Violet Baudelaire Anzini



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

São Paulo

Maio/2022



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

1. Apresentação	4
2. Sobre o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense e sua aproximação com o tema dos assassinatos de pessoas trans	5
3. Justificativa do nome VIDA TRANS VIVA	10
4. Financiamento da pesquisa	11
5. Seleção e formação da equipe	12
6. Participantes da equipe estendida de pesquisa	13
7. Comitê de Ética	15
8. Divulgação das atividades	16
9. Elaboração do Instrumento de Pesquisa (Questionário) e dados iniciais sobre os assassinatos de pessoas trans na Grande São Paulo	19
11. Teste do Instrumento de Pesquisa: o caso piloto	25
12. Rede de Acompanhamento	25
14. Ações extensionistas	31
15. Referências	32
16. Anexos	34



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

1. Apresentação

O presente relatório apresenta o primeiro ano (2021/2022) do Projeto Vida Trans Viva, realizado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) e pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina da Universidade Federal de São Paulo (Núcleo TransUnifesp) e com financiamento do Instituto Galo da Manhã e apoio da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FAP Unifesp).

A escrita deste documento foi realizada pela equipe que atuou no projeto em diferentes frentes e momentos de sua realização e tem como objetivo situar a pesquisa, sua concepção e seus primeiros passos na investigação dos assassinatos de pessoas trans e travestis na cidade de São Paulo e na Grande São Paulo no período 2017-2019.

Como poderá ser lido nas páginas seguintes, a grande relevância de tal projeto, dada a prevalência de casos de violência letal contra a população trans e travesti, não é acompanhada por um interesse de instituições do Estado em manter uma documentação e fomentar práticas efetivas de resposta diante de tais casos. Dessa forma, esperamos que este relatório, assim como a pesquisa que apenas se inicia, contribua para a consolidação de um interesse institucional e acadêmico sobre a violência contra pessoas trans e travestis e se difunda coletivamente nos debates públicos.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

2. Sobre o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense e sua aproximação com o tema dos assassinatos de pessoas trans

O Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) foi constituído a partir de um esforço interinstitucional que envolveu União, Prefeitura de São Paulo e Unifesp. Essa associação visou dar prosseguimento ao processo de identificação de centenas de esqueletos humanos exumados em 1990 de uma vala comum clandestina, a Vala de Perus, e que podia conter corpos de pessoas que lutaram contra a Ditadura (1964-1985)¹. Para conformar o aparato técnico-científico necessário, no entanto, foi tecida uma outra congregação, que reuniu especialistas da antropologia forense com atuação em casos de desaparecimento forçado, identificação humana e valas comuns América Latina afora (Calazans et al 2019; Azevedo 2021).

Protocolos para análise antropológica forense de instituições como a *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF) e a *Equipo Peruano de Antropología Forense* (EPAF) foram adaptados para o caso da Vala de Perus. No CAAF, com o Grupo de Trabalho Perus (reunião das instituições União, Prefeitura e Unifesp), os procedimentos foram agrupados em três grandes etapas:

a) *preliminar e antemortem*, que tem por objetivo compreender o contexto do desaparecimento, estipular um universo de busca, levantar informações pessoais sobre as pessoas vítimas de desaparecimento forçado e realizar o contato com seus familiares;

b) *post mortem*, cujo objetivo é estimar o número de indivíduos a serem identificados, além de seus perfis biológicos (estatura, sexo e idade) e características individualizantes (lesões e patologias); e

c) *genética*, a fim de comparar os perfis genéticos dos remanescentes humanos com os de familiares das pessoas procuradas.

¹ A Vala Clandestina de Perus foi criada entre os anos de 1975 e 1976 e nela foram colocadas ossadas de quase dois mil indivíduos, muitos deles vítimas da Ditadura. Em 1990, por pressão dos movimentos de direitos humanos e com o apoio do governo de Luiza Erundina, a Vala foi finalmente aberta. Por anos os remanescentes ósseos circularam entre a Unicamp e a USP, sem nunca terem sido analisados ou tratados com respeito. A partir de 2014, a Unifesp se dispôs a realizar o trabalho de identificação. Em 2018, dois desaparecidos políticos foram identificados: Dimas Antônio Casemiro (jan/2018) e Aluizio Palhano (dez/2018).



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

As análises ocorrem comparando as evidências observadas em cada uma das etapas e nas três conjuntamente, de modo que nenhuma das etapas tomada isoladamente é suficiente para realizar a identificação dos indivíduos (De Oliveira et al 2022). Da mesma forma, os dados de cada etapa servem para elucidar aspectos obscuros das demais.

A aposta nesse repertório da Antropologia Forense Latinoamericana (Hattori 2019) como metodologia para investigar a violência de Estado no pós-ditadura parte da constatação de que o aparato repressivo da ditadura militar no Brasil não se dissolveu com a redemocratização do país. Ao contrário, desde então, o Estado tem se valido da estrutura policial e militar consolidada durante a ditadura, para legitimar, sofisticar e especializar sua capacidade de produzir morte (Teles e Safatle 2010). A violência do Estado do período democrático tem como alvo preferido pessoas pobres, negras e moradoras das periferias das grandes cidades brasileiras (Hirata, Grillo e Dick 2021). Territórios que estão para além do umbral da visibilidade (Weizman 2017), para os quais é direcionada grande parte do aparato bélico da segurança pública e sobre os quais poucos dados públicos são produzidos (Hirata, Grillo e Dick 2021).

Por outro lado, as etapas da antropologia forense latinoamericana pressupõem um cenário de atuação específico, como vimos: i) um contexto de exceção; ii) pessoas vítimas de desaparecimento forçado; e iii) corpos de indivíduos sem identidade conhecida. Em conjunturas como essas, os trabalhos cumprem ao menos duas funções sociais fundamentais. A primeira, bastante óbvia, é identificar os indivíduos e repatriar seus corpos às suas famílias e comunidades, para que possam finalmente prosseguir com seus processos de luto e, eventualmente, de busca por justiça. A outra, tão importante quanto, é produzir evidências sobre a dimensão da responsabilidade do Estado nas mortes e outras graves violações de direitos.

Esse segundo sentido é potencialmente relevante para os casos que envolvem vítimas da violência do Estado no Brasil pós-Ditadura. Pessoas assassinadas por agentes estatais, cujos corpos têm identidade conhecida, e sobre cujas mortes o Estado tem responsabilidade criminal. O exame dos homicídios executados por agentes do Estado tem revelado os meandros dessa violência e sobre sua institucionalização nas esferas públicas da sociedade. Institucionalizar a violência de Estado significa revestir com o poder normatizador todo o aparato técnico burocrático da administração pública pelo qual tramitam os corpos e os processos judiciais. Isso inclui, mas não se limita, a instituições policiais e militares, mas também hospitais, cartórios, cemitérios, escolas e os próprios espaços públicos de convivência (Rezende 2012; Hattori et al 2015; Nadai 2018).



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

O tratamento das mortes de vítimas da violência do Estado no período democrático como casos isolados e resultantes de confrontos com a polícia é uma forma de dissimular o fato de que existe uma violência que é sistematicamente imposta contra a sociedade, em especial, a parcela negra e pobre da população. Desindividualizar essas mortes significa, na direção oposta, evidenciar esse problema como uma questão social e como um dos mais graves atentados contra a democracia no Brasil. Além da urgente luta por justiça, apontar a responsabilidade do Estado pelas mortes de cidadãos tem sido o motor de movimentos sociais organizados por mães e familiares de vítimas da violência policial, e também por egressos e sobreviventes do sistema prisional, entre outras vítimas colaterais da violência de Estado (Pessoa, Da Silva Lima e De Araújo Chersoni 2022).

O pressuposto de que a violência de Estado é capilarizada em instituições e causa vítimas paralelas demanda uma descentralização da pesquisa sobre esse tema. Em vez do foco nas vítimas de homicídios por parte das forças policiais e militares, ou mesmo a partir desses casos, é possível seguir uma trama que enreda filhos órfãos, mães órfãs de seus filhos, dificuldade do acesso à justiça, processos arquivados na justiça, crimes sem investigação, desaparecimento forçado, presunção de culpa das vítimas, criminalização de movimentos sociais, vulnerabilidades, etc..

Os casos de homicídios e outras violências contra pessoas que se identificam e/ou são identificadas como trans (transexuais, travestis, transmasculinas, não binárias, etc.) são expoentes desse processo de capilarização e institucionalização da violência de Estado, conforme apontam diversos estudos e relatórios no Brasil e no exterior (Benevides e Nogueira 2018; Bonassi et al 2015; Efrem Filho 2016; Fedorko e Berredo 2017). Trata-se de casos em que vítimas de homicídios percorrem uma longa jornada de desrespeito aos seus direitos e garantias fundamentais antes do fatal atentado contra suas vidas. Pessoas trans, muitas vezes desde tenra idade, são violadas em seus direitos à igualdade de gênero, à livre expressão, à intimidade, vida privada, honra e imagem, e à proteção contra tortura e tratamento degradante, entre outros.

A análise pormenorizada desses casos, tomados conjuntamente ao mesmo tempo que um a um, tem o potencial de revelar a forma que o Estado atua nessa série de violações que ocorreram durante a vida de uma pessoa trans vítima de homicídio. Eventualmente, o exame de sua morte e de suas circunstâncias, bem como do tratamento de seu corpo e de sua memória pelas diversas instituições, pode elucidar ainda mais profundamente esse quadro.

É também nesse sentido que as investigações *ante mortem* e *post mortem* de cada indivíduo vítima de homicídio se tornam ferramentas úteis para compreender, em uma dimensão mais integralizante, a série de vulnerabilidades e marginalizações que, em tantos casos, contextualizam as



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

circunstâncias da morte de pessoas trans no Brasil. Além disso, ao explorar possibilidades de atuação de metodologias desenvolvidas no seio da antropologia forense fora do contexto de desaparecimento forçado, propostas como esta reforçam o compromisso da disciplina com processos que envolvem memória, verdade e justiça (Oliveira 2020).

A relação estreita entre a produção técnico-científica e a atuação de movimentos sociais é um pilar das pesquisas que constituíram e consolidaram o CAAF como um centro de produção de conhecimento e de formação de pessoal. Foi em um desses movimentos que, em meados de 2019, o gabinete parlamentar Mandata Quilombo, da deputada estadual Erica Malunguinho - reconhecida representação e elo entre os movimentos sociais LGBTQIA+ e os poderes públicos - propôs ao CAAF uma investigação sobre os assassinatos cometidos contra pessoas trans.

No segundo semestre daquele ano, uma equipe técnica da Unifesp se constituía no CAAF. Reunida, essa equipe de profissionais das ciências sociais e humanas - Aline Feitoza, Edson Teles, João Pedro de Albuquerque e Marília Calazans - conversou durante uma manhã sobre a proposta e sobre algumas possibilidades de atuação do CAAF naquele tema. A inspiração teórica e metodológica estava nos importantes resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho Perus e, especialmente, no relatório então recém publicado da pesquisa sobre os Crimes de Maio de 2006 (Amadeo et al 2019)².

A discussão foi toda registrada de forma que ali já se esboçaram as questões centrais de uma eventual pesquisa sobre homicídios de pessoas trans conduzida com o CAAF, quais seriam: é possível evidenciar um recorte de classe e raça no perfil das vítimas? Há um padrão na forma que esses crimes são cometidos? É possível afirmar que os homicídios acontecem predominantemente em espaços públicos? Qual o tratamento que esses casos recebem na justiça? Como os corpos de pessoas trans são tratados no circuito pericial-funerário?

Essas e outras perguntas delinearão o pré-projeto de pesquisa, apresentado no ANEXO 1 deste relatório com ligeiras alterações devidas ao percurso da pesquisa - estabelecimento da equipe, rediscussão de objetivos, busca por financiamento e submissão ao comitê de ética. Uma questão, entretanto, atravessa cada uma das demais: qual a responsabilidade do Estado nas violações e, em última instância, na morte dessas pessoas?

² Paralelamente ao trabalho de identificação humana da Vala de Perus, o CAAF desenvolveu, em parceria com o Latin American Centre da University of Oxford, e com o apoio do Newton Fund, o projeto de pesquisa “Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006”. Com a primeira etapa finalizada em 2018, o projeto resultou em importante relatório final que circunstancia 60 casos de assassinatos, ocorridos na Baixada Santista durante os episódios conhecidos como “Crimes de Maio”. O produto da pesquisa somou-se aos esforços na luta dos familiares das vítimas e contribuiu para que o caso fosse levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

O estabelecimento do recorte da pesquisa - homicídios de pessoas trans ocorridos na Grande São Paulo, entre 2017 e 2019 - foi necessariamente arbitrário. Isso quer dizer que não há garantias de que as dinâmicas de violações de direitos e mortes analisadas nesse recorte representem a totalidade de casos, dadas a diversidade territorial e os importantes câmbios nas políticas públicas voltadas a pessoas LGBTQIA+ nos últimos anos.

Por outro lado, o recorte está atrelado à capacidade de atuação territorial do CAAF, dada a necessidade de contato presencial com familiares e consultas a arquivos físicos, conforme delineado pelas opções metodológicas apresentadas no projeto (ANEXO 1) e para os quais não há financiamento previsto. Circunscrever a pesquisa aos casos ocorridos na região metropolitana de São Paulo foi uma maneira de contornar esse problema, ainda que possa haver casos que exijam deslocamentos maiores, como naqueles em que há familiares que residem em outras localidades.

Outra razão para o recorte é a produção, a partir de 2017, dos dossiês anuais sobre assassinatos de pessoas trans pela Associação Nacional de Transexuais e Travestis - Antra. Os dossiês da Antra se consolidaram nos últimos cinco anos como a principal fonte de informação sobre esses casos, dada a lacuna de produção de dados por órgãos de segurança pública. Apenas a partir das listas compiladas pela Antra por meio do monitoramento de redes sociais e portais de notícias, foi possível estabelecer o universo de pesquisa, constituído até o momento por 20 casos, conforme descrito no item 9.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

3. Justificativa do nome VIDA TRANS VIVA

A escolha do nome de divulgação da pesquisa “Assassinatos de pessoas trans (Grande São Paulo, entre 2017 e 2019)” esteve ligada à concepção de uma estratégia de difusão (cf. tópico “Ensaio para uma Vida Trans Viva” neste relatório). Para a equipe naquele momento (Bruna Benevides, Denise Leite Vieira, Magnus Régios Dias da Silva e Marília Calazans), era importante que o nome do projeto expressasse o valor que move esta pesquisa, que é a defesa das vidas de pessoas trans. Apesar do recorte que foca em crimes de homicídio e da metodologia que pretende examinar detalhes que circundam a morte daquelas pessoas, nosso enfoque é a defesa do direito fundamental à vida e a construção de uma memória digna das pessoas que constituem o universo desta pesquisa.

É também na vida dessas pessoas - cujas trajetórias biográficas se pretende reconstituir -, onde hipotetizamos estar a principal conexão entre os crimes que ceifaram suas vidas. Dito de outra forma, se cada assassinato cometido contra pessoas trans é tratado pelo sistema de justiça como crime isolado e cometido por motivações pessoais, esta pesquisa se propõe a demonstrar o oposto. Pressupõe-se aqui que a relação entre cada homicídio está na sistemática marginalização e segregação de pessoas trans que, fatidicamente, as coloca como alvos da violência que flagela nossa sociedade e que está também personificada e institucionalizada em agentes e órgãos estatais.

Além disso, como é frequente nas pesquisas em antropologia e arqueologia, inclusive no âmbito forense, o interesse central da investigação está na história de vida das pessoas e nas marcas da vida impressas em seus corpos, na paisagem e nos artefatos que testemunham suas existências. O título “Vida Trans Viva” sintetiza ao mesmo tempo, dessa forma, o objeto da pesquisa e a causa a que este projeto está vinculado.

4. Financiamento da pesquisa

Vida Trans Viva foi incorporado como uma vertente do Projeto “Fortalecimento e ampliação da capacidade de construção e de divulgação do conhecimento sobre as violações de direitos



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

humanos, a partir da Antropologia Forense³, que reúne pesquisas realizadas com o CAAF/Unifesp sobre violência institucional e violência do Estado. O financiamento do Instituto Galo da Manhã subsidiou, durante doze meses, oito bolsistas que atuaram nos diferentes projetos. Vida Trans Viva foi contemplado com uma bolsa de pesquisador(a) social, no valor de R\$ 1.500,00 por mês, com carga horária de 20 horas semanais. Outras bolsistas contratadas nesse mesmo contexto atuaram de forma transversal nos diversos projetos. Foi o caso das bolsistas em consultoria forense, comunicação, educação em direitos humanos e questões raciais.

5. Seleção e formação da equipe

O passo seguinte à elaboração de um pré-projeto pela equipe do CAAF foi explorar possíveis parcerias dentro da Unifesp. O Núcleo TransUnifesp foi o parceiro de primeira hora no desenvolvimento da proposta e, posteriormente, na coordenação da pesquisa e articulação do CAAF junto aos movimentos sociais LGBTQIA+, sobretudo aqueles dedicados às causas de pessoas trans. Estabelecida a parceria entre CAAF e Núcleo TransUnifesp, Denise Leite Vieira e Magnus Régios Dias da Silva assumiram a missão de coorganizar o projeto, junto a Edson Teles e Marília Oliveira Calazans. Isso ocorreu no início de 2020, junto à eclosão da pandemia de Covid-19.

Ainda com a dificuldade imposta pela interrupção das atividades presenciais e pela necessidade de adaptação da rotina acadêmica ao meio virtual, o CAAF deu prosseguimento ao empenho da verba doada pelo Instituto Galo da Manhã. Parte dela foi destinada a uma bolsa de pesquisa para o projeto, que à época, foi chamado de “Análise dos homicídios de pessoas trans: Grande São Paulo, entre 2017 e 2019” (cf. ANEXO 1). O edital seria, no entanto, lançado apenas em fevereiro de 2021 e a vaga para Pesquisador/a social dedicada ao projeto recebeu 49 candidaturas muito qualificadas.

Para a etapa de entrevistas, a comissão analisou currículos e as cartas de intenção enviadas na inscrição e selecionou dez pessoas que respondiam a ao menos dois dos três critérios: a) ter se identificado como pessoa trans; b) ter experiência de pesquisa em temas LGBT; c) ter experiência no

³ Cf. Edital Fap Unifesp 13/2021 no link: https://www.fapunifesp.edu.br/?etapa_editais=edital-no-132021-projeto-fortalecimento-e-ampliacao-da-capacidade-de-construcao-e-de-divulgacao-do-conhecimento-sobre-as-violacoes-de-direitos-humanos-a-partir-da-anthropologia-for (Acesso em 28 mar 2022).



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

tema específico de violência letal contra pessoas trans. Já para a avaliação das pessoas entrevistadas na segunda fase, a banca se baseou nos critérios postulados no [edital](#) para atribuir pontuação de 0 a 10 a cada um dos tópicos. Essa pontuação serviu apenas internamente à banca, para balizar com alguma objetividade a escolha da pessoa que seria contemplada pela bolsa. Como saldo desse processo seletivo, tivemos dez aprovações de candidaturas, das quais nove se declararam pessoas trans. Foi um momento importante para que este projeto de pesquisa se fizesse conhecido entre a comunidade trans que milita e trabalha com pesquisa no tema.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

6. Participantes da equipe estendida de pesquisa

Aline Feitoza de Oliveira

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5548909826776765>

Antropóloga, CAAF-Unifesp. Mestre em Arqueologia, MAE-USP.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0034158944160742>

Bolsista - Comunicação institucional, CAAF-Unifesp. Doutoranda em Artes Visuais, ECA-USP.

Ana Paula de Souza Velloso

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/6199139615372921>

Bolsista - Consultoria Forense, CAAF-Unifesp. Doutoranda em Medicina Legal, FMRP- USP.

Carla Osmo

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/2320132942092524>

Professora Adjunta, EPPEN-Unifesp. Doutora em Filosofia e Teoria Geral do Direito, Faculdade de Direito - USP.

Ana Terra

Bru Alana Pereira de Araujo

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/1435591539559194>

Bolsista - Pesquisadora Social, CAAF-Unifesp. Doutoranda em Ciências Sociais, EFLCH-Unifesp.

Denise Leite Vieira

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0139362150753399>

Professora Visitante, Núcleo TransUnifesp. Doutora em Psiquiatria e Psicologia Médica, Unifesp.

Bruna Benevides (Bruna Gurgel Batista)

Lattes:

Bolsista - Pesquisadora Social, CAAF-Unifesp. Militar da Marinha do Brasil. Transativista, Antra.

Edson Teles

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5980075193497120>
<http://lattes.cnpq.br/5980075193497120>

Professor de filosofia política, EFLCH-Unifesp. Doutor em Filosofia, FFLCH-USP.

Cássia Aranha (Cássia Helena José Barbosa)

Fernanda Emy Matsuda

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4513663619970521>



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

Professora Adjunta, EPPEN-Unifesp.
Doutora em Sociologia, FFLCH-USP.

Lorrane Campos Rodrigues

Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/6253452742398952>

Bolsista - educação, CAAF-Unifesp.
Mestre em História, EFLCH-Unifesp.

Magnus Régios Dias da Silva

Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/2598816440086436>
Professor Associado Livre Docente de
Endocrinologia, EPM-Unifesp.

Marília Oliveira Calazans

Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/8756202443417713>
Historiadora, CAAF-Unifesp.
Doutoranda em Arqueologia, MAE-USP.

Renan Honório Quinalha

Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/5338802143300383>
Professor de Direito, EPPEN, Unifesp.
Doutor em Relações Internacionais, IRI - USP.

Rosângela Cristina Martins

Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/5586514043275030>
Bolsista - questões raciais,
CAAF-Unifesp. Mestranda em Filosofia
Política, EFLCH-Unifesp.

Uma Reis Sorrequia

Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/2978645017008937>

Violet Anzini

Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/1468674627993198>



Projeto Vida Trans Viva **Relatório de atividades - 2021**

7. Comitê de Ética

O projeto foi cadastrado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo com número CAAE 47897021.7.0000.5505, no dia 28/05/2021. O processo de avaliação inicial pelo CEP-Unifesp levou cerca de dois meses. Após esse período, ainda outros dois meses foram necessários para duas rodadas de correções.

O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão universitário responsável por observar que projetos de pesquisa vinculados à instituição se orientem pelo respeito à dignidade humana e garantam a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Os CEPs respondem à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, de acordo com o exposto nas Resoluções 466/2012 (pesquisas com foco nas ciências biológicas e saúde) e 510/2016 (pesquisa com foco nas ciências humanas e sociais) do CNS. O cadastro de um projeto de pesquisa envolvendo seres humanos no CEP precede o envio do mesmo para a Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos, na qual são registrados todos os dados de execução da pesquisa e documentos que comprovem a licitude dos processos.

Em síntese, os principais problemas apontados pelo CEP na primeira avaliação diziam respeito a: a) ajuste no cronograma de pesquisa (que só pode ser iniciada após aprovação no CEP; b) regularização de pesquisadores cadastrados, entre os apresentados no projeto e os cadastrados na Plataforma Brasil; c) instrução a respeito do papel que cumpririam membros da Rede de Acompanhamento e a confecção de um Termo específico para esses participantes; d) apresentação do roteiro das entrevistas previstas; e) elaboração da chamada/ convocação/ convite para as pessoas participantes da pesquisa, seja como entrevistadas, seja como membros da Rede de Acompanhamento; e f) instrução sobre os procedimentos necessários para acessar documentos e informações sigilosas, ao que respondemos que respeitaríamos as regras dos órgãos de origem - o que foi suficiente.

Submetidos os documentos solicitados, o parecer favorável foi finalmente emitido no dia 22/09/2021, quando começamos os passos públicos da pesquisa, como divulgação e convite a pessoas interessadas, além da busca aos processos públicos que interessam a esta pesquisa.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

8. Divulgação das atividades

Ensaio para uma Vida Trans Viva

Cássia Aranha

O ensaio visual e vídeo abaixo apresentados, desenvolvidos no primeiro semestre de 2021, tiveram como propósito a divulgação do projeto Vida Trans Viva. A etapa de criação envolveu reuniões, nas quais foram discutidos os objetivos da pesquisa e a necessidade de diálogo entre as imagens e o texto informativo de divulgação; também foi decidida a realização do vídeo e a sua narração pela voz de Bruna Benevides.

O texto informativo de divulgação foi o seguinte:

- ❖ São Paulo é o Estado com mais casos em números absolutos de homicídios de pessoas Trans no Brasil.
- ❖ Sabia que o Estado não produz dados sobre esse tipo de violência? Essa produção é feita apenas por ONGs e Associações como a ANTRA E O CGB.
- ❖ O CAAF desenvolve uma pesquisa, a partir dos estudos forenses, sobre homicídios de pessoas trans na grande São Paulo de 2017 a 2019.
- ❖ Junto ao núcleo TRANSUNIFESP, familiares de vítimas e outros coletivos de pessoas trans, o projeto tem quatro objetivos:
 1. Compreender a dinâmica dos crimes.
 2. Identificar o papel de instituições e órgãos de governo na subnotificação dos homicídios.
 3. Analisar como as narrativas da mídia se referem às pessoas trans.
 - 4- Analisar o impacto social e familiar gerado pelos assassinatos.
- ❖ Assim, ampliamos o protagonismo de pesquisas feitas por pessoas trans na produção de conhecimento sobre o tema.
- ❖ Vida Trans Viva
- ❖ Acompanhe nossas páginas e fique por dentro do projeto e seus resultados.

A base conceitual da identidade visual e do material de divulgação se fundamenta na relação intrínseca entre arte e política. Ainda que pareça evidente a presença de questões políticas em



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

reflexões estéticas e sobre o campo da arte, ela envolve uma complexidade de conceitos que frequentemente são confundidos entre si, como estetização do político, politização da arte, ativismo e estética forense.

Walter Benjamin (1987[1936]), em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, diferencia entre a estetização do político e a politização da arte, propondo que a primeira é uma forma de utilização de dispositivos modernos de reprodução técnica para campanhas fascistas e que ganha força com divulgações em massa. A politização da arte, em contrapartida, surge pelo comunismo como oposição à estetização do político. Para o autor todos os esforços em estetizar a política convergem para um ponto: a guerra.

“Fiat ars, pereat mundus”, diz o fascismo e espera que a guerra proporcione a satisfação artística de uma percepção sensível, modificada pela técnica, como faz Marinetti. É a forma mais perfeita da arte pela arte. Na época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo aos deuses olímpicos; agora, ela se transforma em espetáculo para si mesma. Sua auto-alienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem. Eis a estetização da política que o fascismo pratica. O comunismo responde com a politização da arte. (BENJAMIM, 1987[1936], p. 196)

O que Benjamin discute é que a estetização da política faz da imagem midiática um dispositivo eficaz de poder. Um exemplo que se aplica na contemporaneidade é o uso de fake news difundidas pela Internet nas redes sociais, tornando-se uma estratégia perigosa de difusão de informações manipuladoras. Jacques Rancière (2013), no entanto, rejeita a ideia de estetização da política encontrada em Benjamin, partindo do princípio de que a arte e política dão forma a uma partilha do sensível:

A estética e a política são maneiras de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos. Para mim, é um dado permanente. É diferente da ideia benjaminiana de que o exercício do poder teria se estetizado num momento específico. Benjamin é sensível às formas e manifestações do Terceiro Reich, mas é preciso dizer que o poder sempre funcionou com manifestações espetaculares, seja na Grécia clássica, seja nas monarquias modernas.

Para Rancière a política é fundamentalmente estética, tendo como alicerce o mundo sensível, assim como qualquer forma de expressão artística. Desse modo, um regime político, para ser



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

democrático, precisa estimular a multiplicidade de manifestações sociais. Toda arte é uma expressão política. Partindo do princípio da Partilha do Sensível de Rancière, até a expressão estética que tende ao experimentalismo é um exercício político, por mais abstrata que pareça ser, pois ela não está dissociada do seu contexto social, histórico e, principalmente, do mundo “real”.

No entanto, na arte contemporânea, um novo conceito passou a ser utilizado para se referir às práticas com um viés político: o ativismo. Não se sabe ao certo a origem desse termo, mas ele está associado às ações estéticas individuais ou coletivas que utilizam da arte como forma de problematizar, reivindicar, sensibilizar sobre temas sociais e políticos. Cada vez mais o ativismo se torna uma expressão híbrida, que envolve diferentes linguagens, artes gráficas, performance, intervenção urbana, música, dança e literatura.

O ensaio visual e o vídeo Vida Trans Viva, em certa medida, aproximam-se dessa prática artística, e utilizam da virtualidade, hiperconexão e redes sociais para o seu compartilhamento, em particular o *Instagram* e *Facebook*.

Cada imagem foi criada a partir da colagem e manipulação de fotografias digitais, finalizadas nas cores branco e preto. Os textos que dialogam com as imagens foram desenvolvidos em rosa e azul, as cores presentes na bandeira trans (ver ANEXO 3). A partir desse ensaio foi concluído, também, um vídeo de 1’40” que pode ser acessado a partir da leitura do QRCode abaixo.





Projeto Vida Trans Viva **Relatório de atividades - 2021**

9. Elaboração do Instrumento de Pesquisa (Questionário) e dados iniciais sobre os assassinatos de pessoas trans na Grande São Paulo

O instrumento foi construído pela equipe do projeto, com foco nos objetivos específicos, a partir dos desafios e dificuldades para encontrar fontes para a identificação e legitimação dos dados sobre assassinatos contra pessoas trans, especialmente, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que, por falta de dados oficiais, anualmente, elabora dossiê sobre os assassinatos de pessoas trans no Brasil, com a compilação de notícias nas mídias e redes sociais, assim como denúncias diretamente encaminhadas à ANTRA. Foi através da ANTRA que também tivemos acesso aos casos de assassinatos de pessoas trans e travestis no período e território abrangidos por esta pesquisa, totalizando 20 assassinatos, dos quais conseguimos 3 processos judiciais completos.

Este instrumento de pesquisa representa um consolidado das informações obtidas por meio das diversas fontes e uma maneira de integralizar os principais dados sobre a vida da pessoa, incluindo questões relevantes para a etapa postmortem; sobre as circunstâncias de sua morte; o tratamento conferido ao corpo e ao caso no sistema de justiça. Para tanto, o instrumento foi elaborado em 5 módulos: 1) Sobre a vítima; 2) Sobre a pessoa suspeita/averiguada; 3) Informações sobre o ocorrido; 4) Informações institucionais sobre o ocorrido, divididas em 3 áreas: a) delegacia; b) IML e c) justiça; e finalmente 5) Funeral e processo cartorial. (VER ANEXO)

O instrumento foi construído com o objetivo de oferecer uma ferramenta não apenas para a pesquisa do projeto Vida Trans Viva, mas que possa ser utilizado em outros empreendimentos de produção e circulação de dados sobre a violência letal contra pessoas trans. A construção levou em conta a variedade de fontes, resultando num questionário capaz de receber informações de materiais como documentos oficiais, pesquisas autônomas, textos jornalísticos, etc. O instrumento, como dito, apresenta 5 módulos que buscam reunir as informações sobre os casos de modo amplo. O primeiro módulo, “Sobre a vítima”, reúne informações de identificação individual, caracterização sociodemográfica, perfil de vulnerabilização e marcadores biológicos. O módulo 2, “Sobre a pessoa suspeita/averiguada”, também compreende perguntas para a construção de identificação individual, caracterização sociodemográfica, envolvimento anterior ou atual com o sistema judiciário e grau de proximidade com a vítima. No módulo 3, as questões possibilitam a caracterização do crime ocorrido a partir de fontes não institucionais, que poderão ser cotejadas com as informações dos módulos seguintes que oferecem o itinerário institucional do crime em distintas instâncias.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

O módulo 4, que inicia com questões sobre a localidade, data e horário do crime, é dividido em 3 submódulos. O submódulo A enfoca os dados institucionais produzidos na delegacia onde a ocorrência foi registrada. No submódulo B, são os relatórios do Instituto Médico Legal que baseiam as respostas das perguntas e, no submódulo C, o objetivo é caracterizar o acolhimento do crime pelo sistema judiciário. Por fim, incluímos um último módulo 5, “Funeral e processo cartorial”, que investiga como o fato da morte é apresentado na elaboração do atestado de óbito e nos ritos funerários. O objetivo de acompanhar o assassinato nestas diversas paragens instituições é entender como diferentes intuições se relacionam, acolhem e tratam as especificidades das vidas e mortes de pessoas trans.

Dessa forma, cumpre a função de sintetizar os achados da etapa *ante mortem e post mortem* da abordagem antropológica forense, servindo ao mesmo como um mecanismo de memória, individualização e reparação.

A plataforma *Research Electronic Data Capture* (REDCap), disponível gratuitamente na Unifesp, foi escolhida pela facilidade de construção do instrumento e segurança na coleta de dados, assim como a compatibilidade para exportar o banco de dados para pacotes estatísticos mais comumente utilizados.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

10. Acesso a casos para preenchimento do Instrumento de Pesquisa

a. **Garantia do acesso à justiça: dois pesos e duas medidas. A dificuldade de acesso à informação e a escassez de investigações como violação aos direitos humanos de mulheres trans assassinadas**

A definição de acesso à justiça é ampla. Entretanto, prevalece a compreensão do acesso à justiça como uma garantia, quer dizer, um instrumento que permita o acesso igualitário à justiça por qualquer do povo, sem discriminação de qualquer espécie. Configura um direito público subjetivo (SILVA, 2017, p. 434), ou seja, que deve ser garantido pelo Estado através de uma gama diversa de estratégias e ferramentas que tornem o acesso igualitário efetivo.

Possui caráter, inclusive, de garantia constitucional, prevista no art. 5º, XXXV, CRFB/88. O patamar constitucional denota que a garantia deve ser respeitada e criados mecanismos para sua efetivação em todo território nacional.

Além de garantia constitucional, o acesso à justiça tem expressa previsão na Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, internalizada pelo Decreto nº 678/92, em seu art. 25, o que anuncia sua estrita relação com a proteção aos direitos humanos.

A garantia se materializa através do poder de agir em juízo e de defender-se (SILVA, 2017, p. 434). O poder de agir em juízo se relaciona com a inafastabilidade da jurisdição, que nos exatos termos do art. 5, XXXV, CF/88 prevê que “a lei não excluirá de apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. O Estado oferece a possibilidade de intervenção através do Poder Judiciário, aplicando o direito ao caso concreto (MORAES, 2017, p. 88).

Deste modo, sempre que há a prática de um crime, o fato deverá ser objetivamente apurado pelo Estado e, como resultado, aplicadas as sanções cabíveis aos autores do ato ilícito. No caso de travestis e mulheres trans brutalmente assassinadas, a apuração desses assassinatos é um ato de acesso à justiça e proteção à vida. Uma resposta efetiva deve ocorrer em respeito a memória das vítimas e como sinal de comprometimento com a reprovabilidade social do fato monstruoso que é ceifar uma vida, especialmente se tem como motivação o ódio.

Os dados que permeiam uma investigação policial ou um processo criminal que apura um crime são, como regra geral, públicos, conforme estabelece o art. 5º, LX da CRFB/88. O acesso a estes dados são essenciais para o acompanhamento das investigações ou processos pela sociedade civil, garantindo uma resposta efetiva do Estado compatível com o direito violado.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

A publicidade dos atos judiciais é regulamentada pela Lei de Acesso à Informação (L. 12.527/11), que estabelece que a disponibilidade de informações e a transparência são princípios que devem guiar os atos judiciais.

O acesso à informação, portanto, garantia constitucional prevista no art. 5º, XXXIII da CRFB/88 guarda relação com o acesso à justiça, pois se é dificultado o acesso para acompanhamento das investigações e processos que apuram os assassinatos de mulheres trans, como se poderia garantir a “Justiça”? Falamos de uma população que sofre os efeitos da marginalização e que, por vezes, sem acesso aos **melhores advogados**, não podem prescindir do acompanhamento da sociedade civil como forma de obterem respostas.

Entretanto, no decorrer da pesquisa sobre assassinatos de pessoas trans, levantar os casos elencados e analisar a formação dos processos judiciais trouxe desafios. A dificuldade de acessar informações foi considerável, levando-se a questionar se esta dificuldade é para todos os casos ou ganha expressão particular nas investigações sobre assassinatos de pessoas trans? Há dois pesos e duas medidas no acesso à informação?

Embora a plataforma digital do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), através do sistema “portal e-SAJ”, software desenvolvido para acesso de processos e investigações eletrônicos, bem como informações de processos físicos, seja ferramenta avançada e modernizada, no que diz respeito à busca pelo nome social, inexistente este campo de pesquisa. Atualmente, é possível obter acesso a processos e informações através do (i) número do processo, (ii) nome dos advogados, (iii) nome das partes e (iv) documento das partes. Na prática, porém, não verificamos o cadastramento regular do nome das vítimas ou, quando cadastrados, em desacordo com sua identidade de gênero.

Devido a este fato, encontramos severas dificuldades para entender a fase de apuração judicial da maioria dos casos de assassinatos que foram veiculados na mídia e compilados segundo monitoramento da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), em razão do e-SAJ possuir uma busca insuficiente seja pelos poucos campos de busca oferecidos, seja pelo cadastramento errôneo dos dados das partes envolvidas nos processos e investigações.

Ademais, alguns casos correm em segredo de justiça em decorrência de previsão legal, sempre que o processo versar sobre o interesse nacional e a intimidade das partes, o que dificulta o acesso à informação justificado a processos e investigações em que além do homicídio se verifique a prática de agressões sexuais de qualquer natureza.

Como resultado, se tem que efetivamente, o acesso à justiça e a informação indica a grande distância entre igualdade formal, prevista em lei (art. 5º, caput, da CRFB/88) e a igualdade material, a



Projeto Vida Trans Viva **Relatório de atividades - 2021**

verificação prática de que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades e direitos. Pela dificuldade do acesso à informação, refletida no acesso à justiça, percebe-se que o Estado é falho ao garantir a igualdade real/material de pessoas trans e, ao não tratar os desiguais, desigualmente, aprofunda a discriminação e marginalização da minoria. No Boletim de Ocorrência não tem o campo nome social.

b. Pesquisa em delegacias e no sistema eletrônico (e-SAJ) por palavras chaves e operadores booleanos

A partir do mapeamento dos assassinatos de mulheres trans realizado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), tendo como limite temporal os crimes ocorridos entre 2017 a 2019 e espacial, praticados na Grande São Paulo, realizou-se intensa busca para o acompanhamento dos casos perante a Justiça (inquéritos policiais e processos criminais), tanto em delegacias como através do sistema eletrônico e-SAJ do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada a partir do nome da vítima no sistema e-SAJ. Desta pesquisa, não se teve retornos positivos, seja pela inexistência de um campo para pesquisa do nome social das partes, nos casos em que não houve a retificação civil do nome das vítimas, seja pelo desrespeito a identidade de gênero e o nome das vítimas nos casos em que efetivada a retificação civil.

Em seguida, realizamos a busca através do nome de nascimento das vítimas, aos quais em muitas ocasiões se obteve acesso através de uma cobertura midiática sensacionalista dos casos. Através desse filtro de busca, tornou-se possível o acesso a alguns processos criminais, poucos considerando o número expressivo de casos sob acompanhamento.

O filtro que mais gerou resultados positivos resultou ser através do nome do investigado/acusado da prática do crime, nos casos em que identificados suspeitos. Entretanto, o filtro do nome do acusado é insuficiente para o acompanhamento dos casos, pois apenas em uma minoria se suspeita do autor do delito e é tornado público tal fato pelo acompanhamento midiático.

Diante dessas dificuldades, também realizou-se busca em Delegacias de Polícia, reconhecendo-se o Distrito Policial responsável a partir do local do crime. Ao entrar em contato telefônico com as delegacias, encontrou-se algumas dificuldades: tendo em mãos dados como o nome de registro/nome social da vítima, data da morte e local do crime nem sempre a identificação da investigação em curso ou processo criminal foi possível pela (i) impossibilidade de identificação dos



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

casos através do cartório da delegacia com os dados disponíveis, (ii) pela recusa manifesta em passar informações públicas por contato telefônico.

Como resultado, parte dos casos permanecem em aberto para acompanhamento e identificação de inquéritos e processos criminais, dependendo muitas vezes do deslocamento das pesquisadoras a delegacias de difícil acesso para obtenção dos dados judiciais, questão que tem direta relação com o financiamento da pesquisa, diante do elevado custo de deslocamento.

c. Os desafios no sistema de justiça para além da busca de dados judiciais: o fantasma do arquivamento

Um dos grandes desafios da presente pesquisa é o conhecimento de que parte dos casos não serão apreciados de modo eficaz pelo sistema de justiça criminal, apesar do envolvimento do aparato público do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria e a Polícia Civil.

Parte dos casos podem compor a chamada “cifra oculta” (zona obscura, "*dark number*" ou "*ciffre noir*") que se refere à porcentagem de crimes não solucionados ou punidos, à existência de um significativo número de infrações penais desconhecidas "oficialmente".

Significa dizer que uma parcela dos assassinatos não serão “resolvidos” e acompanhados satisfatoriamente pelo Estado, mesmo que o crime tenha sido levado ao conhecimento da Delegacia de Polícia responsável e lavrado um boletim de ocorrência, documento oficial da notícia do fato pela polícia.

Se após a notícia do crime, a polícia não encontrar em suas investigações preliminares prova da materialidade (confirmação do homicídio/feminicídio) e indícios da autoria do crime, o Inquérito Policial corre o risco do arquivamento.

Isto porque, o Inquérito Policial é um procedimento administrativo inquisitório com o objetivo de colher elementos para: (i) a comprovação de um fato criminoso e (ii) a reunião de indícios suficientes da autoria criminoso. E se o esforço da autoridade policial for infrutífero para qualquer um desses dois requisitos, o inquérito pode ser arquivado. Convive-se, portanto, com o fantasma do arquivamento.

11. Teste do Instrumento de Pesquisa: o caso piloto

Após a elaboração do instrumento no REDCap, foi realizado o preenchimento com os dados de um caso que se teve acesso a vários documentos, incluindo RG, certidão de nascimento, boletim



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

de ocorrência, inquérito policial e processo judicial. A realização do piloto propiciou a discussão sobre a utilidade e relevância de cada questão, assim como a compreensão das alternativas e termos, possibilidade e facilidade de inserção dos dados a partir das fontes disponíveis e, conseqüente, alteração de alguns itens do instrumento. Abaixo elencamos algumas das dificuldades encontradas durante essa etapa:

- polissemia dos termos usados no instrumento quando confrontados com os as diferentes áreas do conhecimento envolvidas na pesquisa (antropologia e arqueologia forense, medicina legal, direito, estudos transfeministas etc.); e a diversidade de documentos utilizados como fontes para obter as informações.
- impossibilidade de acesso à auto-identificação da vítima no que diz respeito a certas categorias, como identidade de gênero e raça/cor, que só podem ser preenchidas a partir do modo como seu reconhecimento foi feito pelos autores anônimos das fontes acessadas.
- categorias importantes para o desenvolvimento da pesquisa não constam em variados documentos ou não são reconhecidas por eles, como transfeminicídio, transfobia, nome social, identidade de gênero, etc.
- houve dificuldade em compreender como se estabelece em documentos oficiais se houve execução, tortura ou crime de ódio.
- contradição entre as fontes acessadas.
- o desejo de incluir violência de Estado contra pessoas trans, mas uma dificuldade em estabelecer os limites dessa violência, a maneira mais adequada de propor um registro através de um questionário e quais fontes deveriam ser consultadas.

12. Rede de Acompanhamento

A Rede de Acompanhamento faz parte do escopo inicial do projeto Vida Trans Viva e tem como ensejo reunir pessoas interessadas no tema do projeto, seja pela pesquisa, pela militância ou pela familiaridade com vítimas dos crimes objetos desta investigação. O objetivo central do estabelecimento dessa rede é que ela possa servir como um mecanismo de transparência e auto-correção da pesquisa. Realizamos, no primeiro ano, um encontro da Rede de Acompanhamento e planejamos mais um para esse ano. Estão previstas reuniões periódicas, a fim de que se apresentem questões e dificuldades da pesquisa, bem como resultados parciais, quando pertinente.



Projeto Vida Trans Viva **Relatório de atividades - 2021**

a. Ata do primeiro encontro da Rede de Acompanhamento

Em 29 de Novembro de 2021 – o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense realizou a 1ª Reunião da Rede Vida Trans Viva.

O professor Edson Teles saúda as pessoas presentes, apresentando um histórico do CAAF e sobre a importância de se fazer pesquisa oriunda da violência de Estado, a violência institucional. Principalmente no que diz respeito ao processo de vulnerabilização dos corpos. A exemplo de outro grande projeto, o Relatório dos Crimes de Maio.

Coloca o quanto é caro para o CAAF a junção dos saberes sociais e das lutas, com a produção do conhecimento científico.

Anuncia a criação dos Observatórios (Direitos Humanos, Violência contra a Mulher e Violência Racial) e a criação do LABIH (Laboratório de Identificação Humana).

O professor Renan Quinalha, em nome do Núcleo Trans Unifesp, fala sobre as frentes do núcleo, e demais atividades como as reuniões extensionistas, debates realizados, linhas de pesquisas, diálogos com a comunidade externa à Unifesp. Lembra do primeiro caso de operação de redesignação sexual no Brasil (Professor Farina, no caso Waldirene) e sobre a repercussão e perseguição pelo Poder Judiciário. Apresenta a ideia de uma Clínica de Direitos Humanos no campo do Direito, para assistência jurídica, litígio estratégico, amicus curiae, iniciativas e projetos articulados para a população LGBTQIA.

Rodada de apresentação – (34 participantes)

1. Denise Leite Vieira
2. Aline Feitoza
3. Ana Amorim
4. Ana Terra (Advogada, trans feminicídio)
5. Barbara Pastana (ANTRA) Puta, preta da periferia, mãe solo, Belém do Pará... SIC)
6. Bru Pereira
7. Caetano Goulart
8. Carolina Iara de Oliveira
9. Clair Aparecida (psicóloga, Coletivo Projeto Vida, pessoas em situação de rua, academia e movimento social)



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

10. Diversidade ativa (Samara, covereadora, travesti baiana, está em aula ETEC)
11. Dani Silva (23 anos, mora em Marília, ciências sociais... psicologia? Não entendi – veio pelo Instagr - am)
12. Edson Teles
13. Fernanda Rafaela
14. Hell Mello
15. Iran Giusti - organizador da Casa 1, clínica social, não é da área acadêmica)
16. Janaina Rubio Gonçalves (bióloga, mest e dout em Saúde Coletiva, CEBRID por 10 anos, Cultive, Cannabi-se, uso de substâncias em redução de danos e uso terapêutico da cannabis) Colaboradora do É de Lei.
17. Karin Di Monteiro - ciências biológicas, pós psicobiologia drogas e comportamento, É de Lei, redutora de danos... professora universidade de neuro coisas SIC, cofundadore da Casa Chama, não binária) e Projeto de Dignidade menstrual)
18. Kaya Adu - tomou conhecimento pela internet, e vai fazer mestrado na USP em linguística pajubá, quer contribuir e ver como pode reverter a situação;
19. Lucia Gatti - Assistente social aposentada, ativista. Gerência técnica na atenção primária à saúde na região do Jardim ngela e Capão Redondo.
20. Marcela Baldy (estudante último ano enfermagem.. violência sexual mulher... intituto forense da Universidade do Mexico)
21. Marcelo Limão - Sociólogo, está no sétimo semestre de psicologia, especializando no centro de assistência e apoio ao adolescente, acompanha o trabalho do NTU, tem um filho trans de 14 anos e uma filha cis de 17.
22. Maria Wanderly Lima (Guarujá, concluindo faculdade de Direito. 7 semestre de psicologia. Quer absorver o máximo para as pesquisas e trabalhos próprios;
23. Mariana Aguiar - assistente social, está no NTU desde 2016. Cuidados paliativos.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

24. Magnus Silva - Docente de endocrinologia Escola Paulista de Medicina da Unifesp, foi coordenador do NTU, Integrante do Projeto Vida Trans Viva, e compõe o Laboratório de Identificação Humana do CAAF;
25. Marília Oliveira - Pesquisadora no CAAF e Coordenadora do projeto de pesquisa Vida Trans Viva
26. Matuza Tuza - fundadora da casa Chama e Coordenadora do Núcleo de Práticas de Redução de danos 'É de Lei';
27. Natalia Rocha - Enfermeira Chefe do ambulatório, é do Núcleo TransUnifesp
28. Paulo Malvezzi - advogado e mestre pela Unifesp, faz parte do FilloPol – núcleo de filosofia política, é militante no movimento anti-cárcere e abolicionista penal, fundador da Agência Diadorim – blog jornalístico trans LGBTIA+ <https://www.adiadorim.org/>;
29. Priscila Lini - pesquisadora em antropologia forense no Rio Grande do Sul sobre modificações hormonais e corporais;
30. Renan Quinalha - docente no curso de Direito da Unifesp e coordenador adjunto do Núcleo TransUnifesp;
31. Rosângela Martins - bolsista pesquisadora no CAAF, no Projeto Vida Trans Viva e Observatório da Violência Racial;
32. Silvana de Souza Nascimento - Professora do departamento de antropologia da USP, trabalha com pop travesti no Butantã - faz parte de um projeto de mapeamento da população trans dentro da USP; aponta que a USP é a única universidade que não tem nenhuma normativa/portaria para pessoas trans;
33. Sofi Sereno - antropólogo, doutorando na EPM/Unifesp, pesquisa envelhecimento trans masculinos, massoterapeuta e acupunturista na Clínica Social da Casa 1, e está no grupo de pesquisa do projeto Viva Trans Vida;
34. Sofia Reynoso Sosa - professora de espanhol rede pública estadual, pedagoga;
35. Tiago Almeida - professor de Física, no ensino médio;
36. Uma Reis (fez parte do processo seletivo) geógrafa de formação pela Federa, mestranda em comunicação em práticas de consumo na ESPM -



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

pesquisa infâncias trans e travestis na mídia na mídia e consumo, educadora no Museu da Língua Portuguesa;

37. Violet Baudelaire - pessoa trans, arqueóloga e mestrado na UFRJ, no museu nacional RJ, pesquisa as violências sutis - como o cotidiano e diversas coisas atuam como meios e intermediários para a violência contra a existência das pessoas trans;

38. Vitor Ian Miranda - estudante de Filosofia, Unifesp, é professor de sociologia na rede pública de ensino - quer aprender e acompanhar;

A pesquisadora Bru Pereira apresentou o projeto Vida Trans Viva:

- Os objetivos principais giram em torno do assassinato de pessoas trans pelo período entre 2017 a 2019;
- Como persiste a violência, mesmo após a morte das pessoas;
- O papel do governo na produção de dados – não existe uma tipificação e modo de descobrir se a pessoa em vida era trans ou não;
- Análise da narrativa das pessoas trans como eram retratadas, análise do impacto de 2017 a 2019 – escuta dos familiares e/ou famílias de acolhimento, que as recebem quando a família de origem não as acolhe; neste caso, o trabalho da rede pode ser o de ajudar a mapear e encontrar essas pessoas;
- Sobre a participação da ANTRA foi preponderante apresentar 53 casos de homicídios no município de São Paulo, os quais serão analisados em uma próxima etapa do projeto;
- Quanto aos desdobramentos da pesquisa, foi colocado que é importante ampliar o escopo da pesquisa, o processo de divulgação e acompanhamento, não só pelo público acadêmico, mas também das pessoas interessadas;

No momento de abertura à participação das pessoas presentes, algumas das dúvidas suscitadas foram:

Como participar da pesquisa de forma voluntária? (Uma)

- Por meio das reuniões semanais às segundas-feiras;
- As reuniões são para tratar de pautas da ordem do dia, não necessariamente é um grupo de estudos, e está aberto para contribuições;

E como esses homicídios repercutem na mídia? (Violet)

Qual a metodologia aplicada e se há intenção de aplicar outras?



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

- Via antropologia forense latino-americana – no contexto político de Violência de Estado, a partir da experiência do Brasil tem uma denotação de trabalho pericial médico – matriz conceitual na investigação de crimes empregados pelo Estado; a exemplo do projetos dos Crimes de Maio – pressuposto de passos à frente da investigação; a identificação acontece por comparação – etapas autônomas não lineares mas circulares;

O pressuposto é estudar o corpo num contexto político.

A lista levantada pelos dossiês da Antra – recorte arbitrário, com uma justificativa de logística e área geográfica de atuação (São Paulo);

Violet coloca que trabalha em um contexto pré-colonial, e pontua a dificuldade em saber o sexo – falta de referência – de corpos que foram violentados há muitos anos, fica esta lacuna;

Construção dos dados dentro desta notificação jornalística, e grupos de WhatsApp, como a mídia se relaciona com estes assassinatos, se o nome social é respeitado, como essa violência se reverbera; o não acolhimento destas mortes nas delegacias, IMLs, instâncias judiciais, etc;

Ainda sobre a metodologia – reconstrução histórica em torno da pessoa pesquisada, desde o contato com familiares, não necessariamente por consanguinidade; entendimento do escopo geral e não só o fato;

Ao final da pesquisa tem-se um quadro geral, que possibilita fundamentar uma política pública;

Dos objetivos gerais, a reparação histórica desta subjetividade leva à implicação em atos de justiça. A exemplo do Relatório das Mães de Maio, foi fundamental para que houvesse uma incidência na Corte Interamericana de Direitos Humanos; o caso de Paraisópolis, a parceria com a Defensoria Pública no caso.

A co-deputada Carolina Iara, da Bancada Feminista do PSOL, coloca sobre a importância da pesquisa, e que acompanha a CPI de Homicídio de Pessoas Trans, na Câmara Municipal de São Paulo, com a Erika Hilton.

A reunião foi encerrada com o convite para a adesão e participação da Rede, a quem possa interessar.

13. Próximas etapas da pesquisa



Projeto Vida Trans Viva

Relatório de atividades - 2021

A segunda etapa desta pesquisa a tentativa de contato com familiares de pessoas trans vítimas de homicídio, especial, mas não exclusivamente, das vítimas elencadas no recorte desta pesquisa. A aproximação dos familiares é fundamental para a realização da proposta metodológica, que privilegia a construção da pesquisa a partir dos saberes técnicos-científicos junto àqueles elaborados no seio dos movimentos e lutas sociais por justiça.

Nesse sentido, a participação de familiares se dará nos três expedientes centrais para a pesquisa e produção de dados sobre os crimes que investigamos: a) em entrevistas orais, que cumprirão o papel de fundamentar as trajetórias de vida de cada vítima; b) acesso à documentação referente aos casos, que oferecerão informações sobre a atuação das instituições públicas durante a vida e depois da morte das vítimas; e c) rede de acompanhamento, que é o mecanismo de transparência adotado pela pesquisa.

Portanto, os próximos doze meses devem ser dedicados à busca ativa de familiares e, a partir de então, a produção de entrevistas, o acesso a documentos de cada caso para a aplicação do questionário que subsidiará a análise aqui pretendida.

14. Ações extensionistas

O Projeto de Extensão “Viva Trans Viva - Produção de conhecimento sobre violência contra pessoas trans” foi cadastrado sob o código 21892 na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unifesp em abril de 2022. O objetivo central é fortalecer os vínculos que nos permitam produzir conhecimento sobre o tema da violência letal contra pessoas trans. Além disso, o projeto visa à extroversão dos resultados parciais da pesquisa dentro e fora da comunidade Unifesp.

Objetivos específicos:

- Organizar uma rede de acompanhamento da pesquisa, que reúna pessoas interessadas no tema, dentro e fora da Unifesp;
- Debater e evidenciar, junto à comunidade atingida e interessada, o papel de órgãos governamentais nas múltiplas violações de direitos cometidas contra pessoas Trans;



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

- Construir um conjunto de documentos e dados científicos que possam ser utilizados para análise e discussão do papel do Estado e das forças de segurança pública em relação à população Trans;
- Organizar seminários e conferências internacionais em conjunto com instituição parceira para intercâmbio de experiências acadêmicas e divulgação dos dados da pesquisa;
- Oferecer cursos sobre estudos forenses a movimentos sociais e coletivos envolvidos, visando à autonomia de ação em casos de homicídios de pessoas Trans;
- Usar meios institucionais e mídias eletrônicas para dar ampla divulgação aos resultados obtidos;
- Criar protocolo de análise forense para casos de assassinatos de pessoas Trans.

Resultados esperados:

- Consolidação de uma rede de acompanhamento da pesquisa, que envolva pessoas interessadas no tema, seja por militância, pesquisa ou profissão;
- Cursos de extensão sobre antropologia forense, direito e medicina legal aplicados a casos de violência contra pessoas trans;
- Amplo debate e divulgação sobre os resultados obtidos a partir da pesquisa homônima;
- Protocolo para análise de casos de homicídios contra pessoas trans a partir da antropologia forense latinoamericana;
- Cartilhas e recomendações de políticas públicas.

15. Referências



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

AMADEO, Javier et al. **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição-relatório final.** 2019.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. HUMANITARISMO FORENSE ENTRE EXPERTISES TRANSNACIONAIS E TECNOLOGIAS DE GOVERNO: O caso da Vala de Perus. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2021.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara (Orgs.). **Dossiê: assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018.** Brasil: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2019.

BONASSI, Bruna Camillo et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de psicologia**, v. 17, n. 3, p. 83-98, 2015.

CALAZANS, Marília Oliveira et al. A Vala de Perus e as universidades públicas na trajetória por memória, verdade e justiça:(1990-2019). **Revista Hydra: Revista Discente De História Da UNIFESP**, v. 4, n. 7, p. 8-49, 2019.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 311-340, 2016.

FEDORKO, Boglarka; BERREDO, Lucas. O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual. **Série de publicações TvT**, Volume 19, Outubro 2017.

HATTORI, Márcia Lika. Enquadramentos de uma antropologia forense brasileira na busca de desaparecidos políticos. **Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense**, p. 497-520, 2019.

HATTORI, Márcia Lika et al. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano, v. 1, 2015.

NADAI, Larissa et al. **Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas.** 2018. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

OLIVEIRA, Aline F. Como ser uma Antropóloga em um Centro de Antropologia e Arqueologia Forense? **Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia**, out-nov 2020.

OLIVEIRA, Aline Feitoza de et al. From the narrative to the genes: When forensic technique meets social reparation. **Forensic Science International: Reports**, v. 5, p. 100253, 2022.

PESSOA, S. de A.; DA SILVA LIMA, F.; DE ARAUJO CHERSONI, F. “Verás que tudo é mentira”: os movimentos populares antiprisionais contra o genocídio racista estatal a partir da luta das Mães de Maio. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 318–344, 2022.

REZENDE, Patrick Arley de. **Corpos sem nome, nomes sem corpos: Desconhecidos, desaparecidos ea constituição da pessoa**. PhD diss., Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil, 2012.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. Boitempo Editorial, 2019.

VELOSO HIRATA, DANIEL; CHRISTOPH GRILLO, CAROLINA ; DIRK, RENATO . Operaciones Policiales en Rio de Janeiro (2006-2020). **RUNA**, archivo para las ciencias del hombre, v. 42, p. 65-82, 2021.

WEIZMAN, Eyal. **Forensic architecture: Violence at the threshold of detectability**. Princeton University Press, 2017.



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

16. Anexos



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

ANEXO 1 - PROJETO DE PESQUISA

Análise dos homicídios de pessoas trans

(Grande São Paulo, entre 2017 e 2019)

Coordenação:

Marília Oliveira Calazans (coordenadora geral)

Denise Leite Vieira (coordenadora adjunta)

Maria Clara Araújo (consultora)

Introdução

A pesquisa apresentada por este projeto pretende analisar, a partir da perspectiva dos estudos forenses, os crimes de homicídio contra pessoas trans ocorridos na Grande São Paulo, no ano de 2019. O objetivo é compreender a dinâmica dos crimes, bem como analisar as narrativas midiáticas produzidas para se referir a eles, o papel das instituições e órgãos de governo na (sub) notificação dos homicídios e o impacto social e familiar gerado pelos assassinatos de pessoas trans. Este estudo será realizado a partir de dados oficiais (isto é, obtidos de processos judiciais, por meio da Defensoria Pública, de dados da Secretaria de Segurança Pública e outras fontes vinculadas ao Estado) e de levantamentos realizados pelos coletivos e observatórios dedicados ao tema, em conjunto com o Núcleo Trans da Universidade Federal de São Paulo e outros coletivos de pessoas trans da Região Metropolitana de São Paulo.

Justificativa

A população Trans é apontada em diversos relatórios como um dos grupos sociais mais sujeitos a múltiplas violências, inclusive, assassinatos (Benevides e Nogueira, 2018; Fedorko e Berredo, 2017). Estes estudos também indicam que a marginalização social a que estas pessoas são submetidas, em um fenômeno mundial, é fator determinante na vulnerabilização destas pessoas (Bonassi *et al*, 2015).

Resultante destes processos de marginalização, invisibilização e sujeição a violências, estão as funestas estatísticas que mostram que, a expectativa de vida de uma pessoa Trans é de 35 anos no



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

Brasil (Bortoni, 2017), país com maior número de assassinatos de pessoas Trans no mundo (TMM, 2019).

Nesse sentido, busca-se, com este projeto, expandir o espectro de atuação do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Estadual de São Paulo (CAAF/Unifesp), instituição cuja proposta é centrada na pesquisa e formação sobre violações de direitos humanos, junto a movimentos sociais.

Objetivos gerais

As pesquisas conduzidas no CAAF/Unifesp sobre a Vala de Perus e sobre os Crimes de Maio de 2006,⁴ resultaram também no desenvolvimento de técnicas e saberes que podem ser aplicados a outros contextos de violações de direitos. Dessa forma, junto a coletivos e movimentos sociais, a análise dos assassinatos de pessoas Trans ocorridos entre 2017 e 2019 na Grande São Paulo, pode contribuir para o diagnóstico de padrões de crimes de homicídio contra pessoas Trans, além de repercutir o debate sobre a violência contra esta parcela da população. Adicionalmente, esta proposta tenciona reverberar movimentos que reivindicam consolidar e ampliar o espaço de protagonismo das pessoas Trans na Universidade e na pesquisa e produção científica (Hartemann, 2019).

Objetivos específicos

Com o desenvolvimento desta pesquisa, espera-se:

- a) Contribuir para a consolidação da antropologia e arqueologia forense no Brasil como áreas específicas de conhecimento acadêmico;
- b) Debater e evidenciar o papel de órgãos governamentais nas múltiplas violações de direitos cometidas contra pessoas Trans;
- c) Construir um conjunto de documentos e dados científicos que possam ser utilizados para análise e discussão do papel do Estado e das forças de segurança pública em relação à população Trans;

⁴ Informações sobre os projetos no site <<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/>>.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

- d) Entender o contexto dos os crimes de assassinato de pessoas Trans entre 2017 e 2019, na Grande São Paulo;
- e) Organizar seminários e conferências internacionais em conjunto **com instituição parceira** para intercâmbio de experiências acadêmicas e divulgação dos dados da pesquisa;
- f) Oferecer cursos sobre estudos forenses a movimentos sociais e coletivos envolvidos, visando à autonomia de ação em casos de homicídios de pessoas Trans;
- g) Usar meios institucionais e mídias eletrônicas para dar ampla divulgação aos resultados obtidos;
- h) Criar protocolo de análise forense para casos de assassinatos de pessoas Trans.

Metodologia

As análises seguirão protocolos da antropologia e arqueologia forense, adaptados ao contexto destacado neste projeto. A pesquisa será conduzida em quatro frentes temáticas mais ou menos autônomas e simultâneas: cartografia; violência institucional; *antemortem* e; *post mortem*, articuladas em torno dos homicídios cometidos contra pessoas trans na Região Metropolitana de São Paulo, no ano de 2019. Em linhas gerais, tais etapas consistem em:

I. **Etapa preliminar**, que compreende:

A. **Cartografia**

- Georreferenciamento dos locais de morte com uso de *softwares* para o registro;
- Análise de locais de morte e a dinâmica do espaço urbano (vias públicas, locais de trabalho ou residência, Índice de Desenvolvimento Humano);

B. **Violência Institucional**, compreendida como os mecanismos de órgãos oficiais do governo que atuam no sentido de invisibilizar assassinatos de pessoas Trans, e será aferida por:

- Análise dos documentos de perícia: interpretação de como a perícia médica aborda perfil biológico em populações Trans;



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

- Análise da produção de documentos relacionados à morte violenta de pessoas Trans, tais como laudos e boletins de ocorrência;
- Diagnóstico de metodologias utilizadas para coleta e cruzamento de dados dentro das instituições de perícia;

II. Etapa *Antemortem*, ou constituição dos perfis das vítimas dos assassinatos circunscritos ao universo da pesquisa, realizada por meio de:

- Levantamento de bibliografia nacional e internacional, com comparação de contextos e processos de investigação criminal;
- Pesquisa Preliminar, com levantamento documental oficial sobre homicídios de pessoas Trans:
- Registro de narrativas e testemunhos de familiares, com o cruzamento das informações fornecidas pelos familiares e as informações obtidas nos documentos oficiais do Estado.

III. Etapa *Post mortem*, ou análise dos documentos periciais realizada por peritos forenses, a fim de constatar eventuais omissões nas descrições e documentação fúnebre, oferecendo uma perícia alternativa à realizada nos órgãos policiais.

Cronograma

Período	Etapa
1º bim	Estabelecimento do recorte de pesquisa e constituição da equipe; levantamento preliminar de dados e bibliografia das frentes de pesquisa.



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

2º bim	Cartografia e pesquisa na mídia e junto aos movimentos sociais.
3º bim	Pesquisa em dados de perícia, policial e de justiça e entrevista com familiares e amigos.
4º bim/ 2020	Finalização do Relatório em formato físico e digital; produção de material de divulgação em redes sociais.

Referências

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara (Orgs.). **Dossiê**: assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Brasil: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2019. Disponível em:

<<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-transexuais-em-2018.pdf>>. Acesso em: 25 out 2019.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

BONASSI, Bruna Camillo et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de psicologia**, v. 17, n. 3, p. 83-98, 2015.

Disponível em:

<<https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al>>.

Acesso em: 25 out 2019.

BORTONI, Larissa. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional**. 2018. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538498/Cidadania_598.pdf?sequen>. Acesso

em: 25 out 2019.

FEDORKO, Boglarka; BERREDO, Lucas. O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual. **Série de publicações TvT**, Volume 19, Outubro 2017.

Disponível em:

<<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/01/TvT-PS-Vol19-2017.pdf>>. Acesso em: 25 out

2019.

FRANCO, Neil. Pessoas (transexuais): dimensões sociais de vidas (in) determinadas pela ciência.

Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 2, p. 631-633, 2011.

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200028&script=sci_arttext>. Acesso em:

25 out 2019.

HARTEMANN, G. Nem ela, nem ele. Por uma arqueologia (trans*) além do binário. **Revista Arqueologia Pública**, v. 13, n. 1, p. 99-115, 2 jul. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654589/20947>>. Acesso em: 25

out 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora, São Paulo**, v. 16, p. 101-123, 2014. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38611160/Transfobia_e_Crimes_de_Odio_Genocidio.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DTransfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191025%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20191025T181657Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=0c3504a7f2803f29caaa79c20d5b70221ceb72c80c805d6a26b4c1225d9e4966>. Acesso em: 25 out 2019.



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

SILVA, Glauber Weder dos Santos et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472016000200404&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 out 2019.

Sites (Acesso em 25 out 2019)

CAAF/Unifesp - Centro de Antropologia e Arqueologia Forense de Universidade Federal de São Paulo: <<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/>>.

TMM - Trans Murder Monitoring.
<<http://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/tmm-resources>>.



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

ANEXO 2 - APROVAÇÃO DO COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

ANEXO 3 - IMAGENS DE DIVULGAÇÃO



**SABIA QUE O ESTADO
NÃO PRODUZ DADOS
SOBRE ESSE TIPO DE
VIOLÊNCIA?**

**ESSA PRODUÇÃO É
FEITA APENAS POR
ONGS E ASSOCIAÇÕES,
COMO A ANTRA E O GGB.**





Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021



**O CAAF
DESENVOLVE
UMA PESQUISA,
A PARTIR DOS
ESTUDOS
FORENSES,
SOBRE HOMICÍDIOS
DE PESSOAS
TRANS
NA GRANDE SÃO PAULO
DE 2017 A 2019.**

**JUNTO AO NÚCLEO
TRANSUNIFESP,
FAMÍLIARES DE VÍTIMAS
E OUTROS COLETIVOS DE
PESSOAS TRANS,
O PROJETO TEM
4 OBJETIVOS:**





Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021



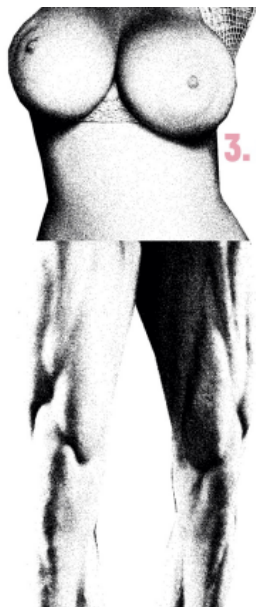
**1. COMPREENDER
A DINÂMICA DOS
CRÍMES.**



**2. IDENTIFICAR O
PAPEL DE
INSTITUIÇÕES E
ÓRGÃOS DE
GOVERNO NA
SUBNOTIFICAÇÃO
DOS HOMICÍDIOS.**



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021



**3. ANALISAR COMO AS
NARRATIVAS DA
MÍDIA
SE REFEREM
ÀS PESSOAS
TRANS.**



**4. ANALISAR O
IMPACTO SOCIAL E
FAMILIAR
GERADO PELOS
ASSASSINATOS.**



Projeto Vida Trans Viva Relatório de atividades - 2021

**ASSIM, AMPLIAMOS O
PROTAGONISMO DE
PESQUISAS FEITAS POR
PESSOAS TRANS
NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
SOBRE O TEMA.**



**VIDA
TRANS
VIVA**

**ACOMPANHE NOSSAS PÁGINAS E FIQUE POR
DENTRO DO PROJETO E SEUS RESULTADOS!**



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

ANEXO 4 - INSTRUMENTO DE PESQUISA (QUESTIONÁRIO)



Projeto Vida Trans Viva
Relatório de atividades - 2021

ANEXO 5 - Protocolos de Cadastro no Sistema de Extensão